

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
01-02-2021	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,4,5,6,7,8

Censos 2021 aceleram uso de dados administrativos

Informação do Fisco e da Segurança Social vai ajudar ao retrato da população, afirma presidente do INE, em entrevista | **Pandemia** obriga instituto a aceitar, pela primeira vez, resposta aos Censos por telefone

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

FRANCISCO LIMA PRESIDENTE DO INE

Censos vão ter pela primeira vez respostas por telefone

Por causa da pandemia, e pela primeira vez, o INE criou linha específica para o preenchimento dos Censos por telefone preparada para receber centenas de milhares de respostas, explica Francisco Lima. Destina-se a quem não tem acesso à net e não pode ir às juntas de freguesia.

MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

Vêm aí os Censos, a maior operação realizada pelo INE que envolve um orçamento de 39 milhões de euros. A necessidade de criar uma linha para respostas telefónicas e a compra de material de proteção representaram um custo adicional de 1,5 milhões de euros.

Porque não adiaram os Censos?

Discutimos internamente, consultámos o Conselho Superior de Estatística, reunimo-nos com a ministra da Presidência [e outros ministros e altos responsáveis]. Os Censos são uma operação grande e a decisão tinha de ser tomada com antecedência. Nós tínhamos previsto o piloto para abril/maio, obviamente foi posto de lado. Tudo ponderado, mantivemos 2021 como ano de recolha. Havia sempre a questão dos regulamentos nacionais e europeus, que impõem o ano censitário como 2021. O preponderante aqui é saber se conseguimos criar condições para ter uns Censos de qualidade ou não. E precisamos de um plano de contingência para termos condições de fazer os censos em pandemia...

E quais são esses planos de contingência?

Os censos já eram, em grande parte, online. Em termos de comunicação vai ser reforçada a importância da resposta online. Introduzimos um novo modo de resposta que não estava previsto, que **é por telefone** para grupos especiais, que não têm acesso à internet e que podem não ter quem os ajude a responder pela internet e que podem não ter a possibilidade de se dirigir aos e-balcões das juntas de freguesia. Introduzimos por isso a resposta por telefone. Já tínhamos uma linha de apoio, que seria muito gerida pelo INE com contratação de pessoas para estar nessa linha, agora não, o que se montou agora não foi só uma linha de apoio, mas também uma linha que permita à pessoa responder por telefone e a linha está dimensionada no mínimo para várias centenas de milhares de res-

postas por telefone. Aqui sim, houve um impacto financeiro. Embora a decisão de fazer em 2021 ou 2022 fosse sempre nossa, era preciso haver da parte do Governo a disponibilização dos recursos para esse plano de contingência, que tem custos superiores. Assim, poderão responder pela internet ou por telefone. O papel também se mantém, mas esperamos que seja residual.

Ao contrário de muitos inquéritos amostrais do INE que se fazem por telefone, os Censos são de auto-preenchimento, sem intermediário e sem amostras. Sendo realizado sobretudo pela internet, as juntas disponibilizam e-balcões para quem não tenha acesso possa preencher o inquérito. No entanto, com a pandemia, há o risco de esse apoio não poder existir, pelo que o INE teve de abrir esta nova possibilidade de resposta.

E o projeto-piloto não foi realizado em maio. Quando fizeram os testes então?

Foi em novembro. Durante todo esse mês tivemos sete freguesias em que testámos e houve uma boa aceitação por parte da população. Foi um teste muito útil, porque aconteceu de tudo em termos de pandemia, desde freguesias quase confinadas devido à incidência da pandemia, seja lares que estavam com surtos, recenseadores que de repente ficam em confinamento ou infetados. Também adiámos a data [de referência] o máximo possível. Adiamos três semanas, para 19 de abril. Esse será o **dia de referência censitário**.

O máximo possível? Porque não podia ser mais tarde?

Porque senão a recolha entrava pelas férias a dentro e os Censos são sobre a população residente. Começar a ter deslocações da população complica este trabalho. Ainda pensamos no outono, mas o problema aí seriam as eleições autárquicas. Uma coisa não é compatível com a outra porque o trabalho dos Censos depende de uma forma crucial, e formal até, da estrutura de recolha das autárquias.

O que é que já foi feito até agora?

Os primeiros níveis [de equipas] de recolha já estão todos recrutados. Os coordenadores regionais são internos, do INE, depois

temos os coordenadores adjuntos, depois vêm os delegados municipais que também já estão e os chamados delegados sub-regionais que estão agora em contratação. E depois há os técnicos que estão ao nível do município, aí já passa

Este é o dia em relação ao qual se devem reportar as respostas das pessoas. A título de curiosidade e revelador da sua relevância, no Brasil este dia costuma ser feriado nacional.

a ser descentralizado entre câmaras e juntas de freguesia. São os chamados técnicos municipais e coordenadores de freguesia, que muitas vezes são os presidentes de junta. E os recenseadores claros. Abriu em janeiro o recrutamento,

“Os cidadãos poderão responder pela internet e por telefone.”

“Haverá uma aceleração da integração dos dados administrativos.”



já temos vários milhares de candidatos.

Quando fecha esse recrutamento?

Vai até 21 de fevereiro pelo menos.

O recrutamento é feito pelo INE ou pelas câmaras?

A candidatura faz-se pelo site do INE, mas o processo é descentralizado e chega às câmaras e juntas de freguesia. Os Censos dependem muito do poder local.

Apesar de a internet ser o meio privilegiado, continua a haver um recenseador?

Sim, o recenseador continua a ser necessário. Ele distribui os códigos [para acesso aos inquéritos]. O que se alterou foi um maior con-

trolo dessa entrega porque é feita pelo recenseador, ele entrega a na caixa de correio, são cartas com um código, ele sabe que naquele alojamento é aquela pessoa ou família que vai responder. E haverá uma aceleração da integração dos dados administrativos. Nós agora vamos usar mais os dados administrativos, não só mais intensivamente na questão do próprio endereçamento, ter a identificação correta da morada, como também na parte de controlo do que está a acontecer no terreno. ■

— Serão recrutadas 11 mil pessoas com disponibilidade para trabalhar no fim de semana e a tempo parcial durante a semana, preferencialmente com transporte próprio.

“O terreno é passado a pente fino”

A resposta aos Censos é obrigatória por lei, mas não é na coação que o INE aposta, antes na insistência e persuasão. Quando questionado sobre a percentagem de pessoas que ficam fora dos Censos, Francisco Lima garante que “é muito marginal”. “A característica principal dos Censos é serem exaustivos. Não é suposto ficar gente de fora. O terreno é passado a pente fino.” Para isso, ao longo do processo, há mecanismos de controlo para garantir que todas as pessoas respondem, decorrendo em paralelo um inquérito de qualidade, conduzido por uma equipa separada, para garantir a fiabilidade das respostas. O INE tem planos para os grupos sociais mais complicados de contactar: para os idosos internados em lares ou doentes em tratamento, o contacto é feito por intermédio das instituições de acolhimento, que ajudam a preencher os inquéritos. Para os residentes estrangeiros, que não falam português, o INE conta com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações, garantindo a tradução para todas as línguas das comunidades relevantes em Portugal. Também a população sem-abrigo é coberta pelos Censos, havendo aqui a intervenção da Segurança Social, que conhece melhor o terreno.

TOME NOTA

Os vários momentos dos Censos

Resumidamente, descreve-se aqui a forma como decorrem os contactos entre o INE e os cidadãos residentes em Portugal. A resposta é obrigatória.

1.º

CARTA DO INE

O cidadão recebe uma carta do INE num formato idêntico ao das cartas da Autoridade Tributária, com picotado, que traz o código que permite o acesso ao inquérito dos Censos na internet. As cartas começam a ser distribuídas a partir de 5 de abril.

RESPOSTA

PELA INTERNET

A pessoa deve responder pela internet, reportando as respostas a 19 de abril, que é o dia de referência. Para a maioria da população, o processo termina depois de submetidas as respostas.

DIFICULDADES NAS RESPOSTAS

Para quem tenha acesso à internet, autonomamente ou com ajuda de uma terceira pessoa, mas tenha dificuldade de interpretação das perguntas ou de como dar as respostas, pode recorrer à linha telefónica de apoio do INE.

4.º

SEM ACESSO À INTERNET

Para quem não tenha acesso à internet, o INE abre a possibilidade de os inquéritos serem preenchidos por via telefónica, recorrendo a uma outra linha criada especificamente para esse efeito. Em alternativa, os cidadãos podem recorrer aos e-balcões disponíveis nas juntas de freguesia caso a situação pandémica permita que estejam abertos ao público.

5.º

RESPOSTA É OBRIGATORIA

Nos casos em que o cidadão não responda, haverá uma insistência do INE pelos vários meios de comunicação possíveis. A resposta aos Censos é obrigatória.

FRANCISCO LIMA PRESIDENTE DO INE

“Há muito trabalho a fazer” com os dados da Segurança Social

O acesso a dados administrativos veio ampliar muitíssimo a capacidade de produção estatística de organismos como o INE. Em Portugal, esse caminho está feito, mas Francisco Lima reconhece que não avança ao ritmo que gostaria. A pandemia é mais um obstáculo.

MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

Os Censos de 2021 serão os últimos que assentam em questionários a todos os residentes. No futuro, dependerá sobretudo de dados administrativos, o que permitirá uma descrição contínua em pausas de 10 em 10 anos. Para isso, será fundamental a Infraestrutura Nacional de Dados, atualmente em desenvolvimento.

Qual é o balanço que faz da Infraestrutura Nacional de Dados?

O balanço é positivo porque cada vez mais temos essas fontes [administrativas] e conseguimos aproveitá-las. Criámos uma área no nosso site que é o StatsLab onde vamos colocando o que temos feito, que já dá alguma informação, o que não quer dizer que seja já estatística oficial, para lá caminha. Ainda agora fizemos uma com o aproveitamento do e-futura... Há muito por fazer, gostaríamos de andar mais depressa, mas temos vários fatores aqui: um é a questão tecnológica que até temos conseguido resolver, tal como as competências. Mas há duas questões: os recursos humanos, ter mais gente a trabalhar, e temos procurado parcerias com as universidades para nos ajudarem. E a parte do investimento em infraestrutura, que, verdade seja dita, a Presidência do Conselho de Ministros tem procurado responder às necessidades em termos de investimento na parte tecnológica. Há outra parte que não avança tão rápido como gostaríamos que estabelecer os protocolos [com as instituições fornecedoras dos dados].



João Cortesão

Há um protocolo formal que é preciso fazer e depois o próprio protocolo para fornecer os dados em concreto; essa parte é que tem sido mais difícil.

Continua a existir muita resistência por parte das instituições?

Em algumas áreas, há. Agora mesmo em pandemia, houve instituições, como a Autoridade Tributária (AT) com quem temos um protocolo que cobre muitas áreas, que conseguimos não falhar... À medida que vamos incorporando estas fontes de dados administrativos na produção estatística, se ela

falha, nós também falhamos a produção. Houve aqui algum receio, mas felizmente a AT, e outras instituições que fornecem dados ao INE com regularidade, conseguiu responder. Noutras áreas tem sido mais difícil, ainda mais em pandemia, porque são instituições que elas próprias têm de responder às

necessidades decorrentes da pandemia...

Imagino que esteja a falar da

Segurança Social, certo?

Exatamente. Essa é uma área onde ainda há muito trabalho a fazer, em termos de aproveitamen-

“À medida que incorporamos dados administrativos na produção estatística, se falham, nós também falhamos.”

“Os protocolos não avançam tão rápido como gostaríamos.”

A Infraestrutura Nacional de Dados corporiza a estratégia do INE de uso integrado de dados de diferentes fontes, de desenvolvimento de plataformas, de aplicação de ciência dos dados e de análise de informação estatística.

PERFIL**Um entusiasta das estatísticas**

Para chegar a presidente do Instituto Nacional de Estatística, em Janeiro de 2018, Francisco Lima só teve de atravessar a rua. Antes trabalhava no vizinho Instituto Superior Técnico (IST). Reservado, mas de trato amável, é bem evidente na conversa o seu entusiasmo pela estatística, que combina também com o seu currículo. Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em 1993, onde se doutorou em 2001, coordenou projetos de investigação científica nacionais e europeus no âmbito da análise quantitativa e estatística de fenómenos económicos e sociais. É também autor de trabalhos de investigação de econometria e estatística aplicada. Desde 2015, é professor Associado no Departamento de Engenharia e Gestão do IST, onde foi Professor Auxiliar de 2003 a 2014. É casado e tem 2 filhos.

to de dados estatísticos. Já recebemos com regularidade dados da Segurança Social relativos aos rendimentos declarados, mas aí é ao nível da empresa. Há toda uma parte, relativa à unidade empresa, que já conseguimos integrar tudo, através da informação que a AT nos passa. Conseguimos integrar isso por exemplo com o inquérito à inovação e com as novas fontes, é o caso do e-fatura. No entanto, toda a parte das famílias, em particular a construção da base da população residente que está a dar origem aos censos administrativos e depois isso servir de espinha dorsal

para o desenvolvimento de estatísticas das famílias, aí é que há muita coisa a fazer.

O que permitiria um maior acesso aos dados da Segurança Social?

A Segurança Social tem a componente das remunerações mas tem também todas as outras componentes de rendimentos, como as pensões e as outras prestações sociais. Ter tudo isso ao nível da pessoa, integrando com as outras bases que vêm da educação, da própria Autoridade Tributária e do IRN, permite-nos construir [a unidade das] famílias. É engraçado, não existe uma base de dados administrativos que me diga "a família em Portugal é esta". A informação que obtemos num inquérito anual às condições de famílias tem a limitação natural de ser um inquérito: posso fazer inferência para a população mas se eu quiser uma informação mais granular não consigo porque há limites para o que se pode fazer com a amostra. Os Censos é que conseguem isso. O equivalente é ter os dados administrativos que cobrem toda a população. Com esses dados conseguimos informação muito mais rica e saber, por exemplo, como evoluiu a pobreza em grupos mais específicos da população, até em termos mensais. A possibilidade que se abre em termos de produção estatística e de informação que fica disponível é enorme. [A Segurança Social] é de facto uma das áreas em que... Não quer dizer que haja resistências. Hoje em dia tem também a ver com a pandemia. Mas se nós já tivéssemos essa informação passaríamos a ter estatísticas com uma precisão muito maior, em termos de rendimento e de condições de vida. ■

“A nossa interação com máquinas é sempre passível de criar estatísticas”**Até onde é que iremos neste processo de integração de dados administrativos na produção estatística?**

Os passos seguintes são algo em que já estamos a trabalhar e que se tem discutido bastante no sistema estatístico europeu que é o uso de fontes privadas de dados. Por exemplo, nós já usamos os dados dos cartões de crédito para estudar fenómenos como o turismo com muito maior frequência. Ou usando os dados dos telemóveis, alguns países conseguem estudar a mobilidade. Ou o uso de dados dos contadores das pessoas que temos feito no inquérito ao consumo de energia no setor doméstico. Há aqui todo um novo campo...

São as chamadas estatísticas experimentais?

Sim, esse termo ainda é muito usado, mesmo no sistema estatístico europeu, nas nossas discussões acaba por ser essa a expressão. Se calhar, hoje em dia já não são assim tão experimentais. Isto depende basicamente do acesso, tem de se criar condições para ter acesso. Nós já temos acesso, por exemplo, não com a granularidade que gostaríamos, aos levantamentos em ATM. Tudo o que seja a nossa interação com máquinas...

Porque tudo isso deixa registos.

Exatamente, tudo isso é passível de criar estatísticas e assim enriquecer a informação que fica disponível para o uso da sociedade. Qual é o contributo que os dados detidos por privados podem ter para a sociedade? Já temos algumas experiências em Portugal de fun-

dações que têm procurado integrar dados de origem integrada com dados do INE. Fizemos isso com dados do Facebook.

A quem é que pertence a Infraestrutura Nacional de Dados [onde são integrados os dados administrativos]?

Ao INE. O INE é que desenvolveu. Ou se quiser, pertence ao país porque o INE pertence ao país. Era uma forma de dar corpo à estratégia de como devíamos abordar os dados nas suas diferentes dimensões, não só novas fontes, novas técnicas, as plataformas de recolha, não só para melhorar a produção estatística, mas também para partilhar.

E não têm tido problemas com a Comissão Nacional de Proteção de Dados?

Não, porque a proteção de dados é inerente à atividade de um instituto de estatística. Para nós, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados serviu, quando muito, para repensar a forma como nos organizamos, mas nós já temos a segurança "by default". A proteção de dados, a confidencialidade, tudo isso já era garantido, o que temos obviamente é um aumento dessa proteção porque também

vamos tendo estas fontes. Uma fonte administrativa não é a mesma coisa que uma fonte do inquérito. Os níveis de proteção têm de ser adequados aos dados que temos cá. Nós conseguimos, por exemplo, identificar que famílias estão em abandono escolar mas o Governo não nos pode pedir esses dados nem nós os podemos dar. Mesmo que seja pela razão mais meritória, nós não o podemos fazer, o que podemos é criar melhores estatísticas sobre o abandono escolar, caracterizar melhor as famílias que têm crianças em abandono familiar.

Mas não as podem identificar.

Pois, isso é que não. É uma espécie de cofre e é tudo monitorizado. E o trabalho estatístico é anonimizado. O técnico que está a criar estatísticas sobre rendimentos, por exemplo, não precisa de saber o nome da pessoa, não tem sequer acesso a essa informação. Muitos dos fluxos de dados quando entram cá já vêm encriptados, há uma encriptação que é feita por algoritmos não reversíveis. A questão da confiança, do que nós fazemos e da forma como tratamos os dados, é essencial para organismos como o INE. ■

“Nós conseguimos, por exemplo, identificar que famílias estão em abandono escolar, mas o Governo não nos pode pedir esses dados nem nós os podemos dar.”

FRANCISCO LIMA PRESIDENTE DO INE

Inquérito-piloto à origem étnica avança no fim do ano

O INE está a trabalhar no Inquérito às Condições, Origens e Trajetórias que vai permitir traçar um retrato da distribuição das etnias em Portugal. Mais adiantado está o inquérito à violência doméstica.

MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

A medida que o INE vai acedendo e trabalhando com bases de dados administrativas, cedidas por outras instituições, o instrumento dos inquéritos vai sendo cada vez mais canalizado para aquelas áreas em que a informação só pode ser obtida perguntando diretamente às pessoas. É o caso da origem étnica e das discriminações raciais ou da violência de género e doméstica.

Tendo ficado posta de lado a possibilidade de inquirir a origem étnica da população nos Censos, o INE decidiu avançar com um inquérito mais focado nesta questão. Em que ponto está?

Estamos a trabalhar nisso e em princípio ainda teremos o piloto este ano, no último trimestre. Os trabalhos estão a decorrer. O inquérito obviamente não é só para essa questão, tem também a ver com questões de discriminação, cruzando com características sociodemográficas, daí o nome Inquérito às Condições, Origens e Trajetórias. Esta foi a nossa posição nesta matéria: para o que se pretende, o que faz sentido é ter um inquérito que cubra várias questões nessa temática e temáticas relacionadas.

Os resultados nunca serão conhecidos antes do próximo ano portanto...

Este ano, quando muito, podemos dizer como correu o piloto, mas o objetivo de um inquérito-piloto não é obter resultados. Não

é possível avançar com uma operação destas sem ter primeiro um piloto. E há todo um trabalho ainda a fazer sobre como devemos colocar a pergunta. Não lhe posso dizer já quando será feito o inquérito. Quando se entra numa nova temática em termos de inquérito, as coisas levam sempre tempo. Não é uma sondagem. Basta ver o que nós fizemos com o piloto do inquérito à segurança no espaço público e privado que versa sobre questões sensíveis, como a violência de género e a violência doméstica. O piloto já foi há algum tempo e a operação principal está programada para ocorrer no primeiro trimestre de 2022. Porque uma coisa é uma amostra para um piloto, outra coisa é uma amostra que seja representativa para fazer inferência para a população. O inquérito pode ter de mudar. Se olharmos para o futuro dos organismos como o INE e à medida que vão tendo outras fontes de dados, em particular as administra-

Depois de grande debate que dividiu profundamente a sociedade civil, o INE decidiu em junho de 2019 não incluir nos Censos uma pergunta sobre a origem étnico-racial, prometendo então avançar com um inquérito sobre discriminação e desigualdades étnicas.

tivas e privadas, os inquéritos que vão prevalecer são estes que levantam questões mais sensíveis, em que não é possível obter a informação sem perguntar diretamente às pessoas.

Mas está calendarizada a apresentação de resultados?

Ainda não, vai depender de como correr o piloto. Mas claro que é para ter o mais depressa possível. ■

João Cortesão



“Os inquéritos que vão prevalecer são estes que levantam questões mais sensíveis, em que não é possível obter a informação sem perguntar diretamente às pessoas.”

Recursos humanos foram essenciais

O INE começou logo em março a publicar indicadores novos procurando retratar o que estava a acontecer. Foi uma iniciativa do INE ou foi pressionado a fazê-lo?

Num primeiro momento, foi claramente uma iniciativa do INE... Claro que vamos falando com os principais utilizadores e com os nossos congéneres europeus. A pandemia, além de obrigar a ter a maioria das pessoas de repente a trabalhar em casa, teve também uma sobrecarga de trabalho que se não fosse a adesão das pessoas, de dedicarem mais tempo e de se esforçarem, de criar novos indicadores, não seria possível. A nossa capacidade de resposta foi a capacidade de dos nossos recursos humanos.

Com a pandemia houve dificuldade em recolher informação para os indicadores tradicionais, como o IPC ou a taxa de desemprego...

São duas dimensões diferentes. Uma é a questão dos preços, houve aquele embate inicial em março e abril. Foi preciso reafetar um pouco o trabalho de recolha, até houve um trabalho conjunto com o Eurostat e vários INE, como é que se lidava com negócios estavam fechados, quais os modelos de imputação. Na questão do desemprego, é diferente. Por muito que tivéssemos passado para a recolha telefónica, principalmente no Inquérito ao Emprego, que é daí que vem a taxa de desemprego, não houve uma alteração, os procedimentos mantiveram-se, os conceitos também se mantiveram, o que aconteceu foi que outros conceitos como a taxa de subutilização do emprego, que já era um indicador que o INE publicava, ganharam outra relevância. ■